



Ata nº 025 da Sessão Ordinária nº 025, de  
30 de abril de 2013.

1 Às nove horas do dia trinta de abril de dois mil e treze, na sede do Tribunal de Contas dos Municípios do  
2 Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da Silva Nunes", sob a Presidência da  
3 Conselheira **MARA LÚCIA**, presentes os Conselheiros, **JOSÉ CARLOS ARAÚJO, ALOÍSIO CHAVES,**  
4 **DANIEL LAVAREDA, ANTÔNIO JOSÉ e CEZAR COLARES;** Ausência justificada da Conselheira **ROSA**  
5 **HAGE**, bem como a presença da Procuradora - Chefe do Ministério Público junto ao TCM-PA, **ELIZABETH**  
6 **SALAME DA SILVA**, reuniu-se o Egrégio Colegiado do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará,  
7 em Sessão Ordinária realizada nos termos do artigo 29 do Regimento Interno desta Corte. Convocado o  
8 Auditor José Alexandre Cunha e o Auditor Sérgio Dantas para proposição de voto, nos termos da Resolução nº  
9 10.249/2011. Convocado o Auditor Sérgio Dantas para composição de quorum nos processos de nº's 10 a 24 e  
10 79. A seguir, a Presidência deu início a Sessão, momento em que assim se manifestou: "havendo quorum,  
11 declaro aberta a presente Sessão. Inspirai, Senhor, nossos atos neste Plenário, para que possamos decidir  
12 sempre com justiça, equilíbrio e sabedoria". Houve votação e aprovação das Atas das Sessões 021/2013 e  
13 022/13. Em sequência, apresentada a **PAUTA DE JULGAMENTOS**, momento em que foram anunciados os  
14 processos. **Processo nº 0840012002-00; Prefeitura Municipal de Tucuruí; Prestação de Contas – 2002;**  
15 **Responsável Parsifal de Jesus Pontes; Auditor Leonardo Macieira; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator -**  
16 **Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.385, de 26.04.2013.** Cumprindo dispositivo  
17 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de  
18 parecer prévio favorável a aprovação das contas, com ressalva. A matéria foi colocada **em discussão**. O  
19 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO:** *"pela emissão de parecer prévio favorável a aprovação das contas, com*  
20 *ressalva, da Câmara Municipal de Tucuruí, Prefeitura Municipal, exercício de 2002, de responsabilidade de Parsifal de Jesus*  
21 *Pontes, com recolhimento ao Fundo instituído pela Lei nº 7.368/2009, de 29.12.2009, ads seguintes multas: - R\$ 1.000,00*  
22 *(hum mil reais), pela remessa intempestiva do Orçamento, da prestação de contas do 1º quadrimestre e dos RREO's dos*  
23 *1º, 2º, 3º e 5º bimestres, nos termos do art.120-B, I, II, III e IV, do RI/TCM/PA; - R\$ 1.000,00 (hum mil reais), pela não*  
24 *retenção de INSS sobre obras e serviços de engenharia civil, com fundamento do art. 120-A, II, do RI/TCM/PA".* **Em**  
25 **votação:** O Conselheiro Aloísio Chaves e o Conselheiro Daniel Lavareda acompanharam o Relator, na íntegra.  
26 A Conselheira Mara Lúcia e o Conselheiro Antônio José acompanharam o Relator, porém divergiram quanto a  
27 aplicação de multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu  
28 pela emissão de parecer prévio recomendando à Câmara Municipal de Tucuruí a aprovação, com ressalvas, das  
29 contas da Prefeitura Municipal, exercício de 2002, de responsabilidade de Parsifal de Jesus Pontes. **Por**  
30 **maioria:** com recolhimento ao FUMREAP, das seguintes multas: - R\$-1.000,00 (hum mil reais), pela remessa  
31 intempestiva do orçamento, da prestação de contas do 1º quadrimestre e dos RREO's dos 1º, 2º, 3º e 5º  
32 bimestres, nos termos do art.120-B, I, II, III e IV, do RI/TCM/PA; - R\$-1.000,00 (hum mil reais), pela não  
33 retenção de INSS sobre obras e serviços de engenharia civil, com fundamento do art. 120-A, II, do  
34 RI/TCM/PA. Vencida a Conselheira Mara Lúcia e o Conselheiro Antônio José quanto a exclusão da multa ao  
35 FUMREAP. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 120012001-**  
36 **00; Prefeitura Municipal de Baião; Prestação de Contas – 2001; Responsável Benedita do Pilar Lobo Dias;**  
37 **2ª Controladoria; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE**  
38 **nº 32.385, de 26.04.2013.** Retirado de pauta. Em seguida, houve inversão de pauta para o julgamento do  
39 processo de nº 14: **Processo nº 343972006-00 – 200709545-00; Fundo Municipal de Saúde de**  
40 **Inhangapi; Prestação de Contas – 2006; Responsável José Ernandes Brito da Silva (Secretário Municipal de**  
41 **Saúde); Auditora Adriana Dias Oliveira e 6ª Controladoria; Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva;**





Relator - Conselheiro Aloísio Chaves; **Publicado no DOE nº 32.385, de 26.04.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: "pela não aprovação das contas do Fundo Municipal de Inhangapi, exercício de 2006, de responsabilidade do Sr. José Ernandes Brito da Silva, por estarem irregulares, nos termos do art. 52, II, e § 2º, da Lei Complementar n. 25/94, com recolhimento aos Cofres Municipais, no prazo de 15 (quinze) dias, da importância de R\$-339.050,67 (trezentos e trinta e nove mil, cinquenta reais e sessenta e sete centavos), referente à conta "Agente Ordenador", originada das diferenças apresentadas na execução financeira, incluído o valor da inscrição em Restos a Pagar, bem como para manutenção do saldo. E ao FUMREAP, de acordo com o art. 3º, III, da Lei n. 3.768, de 29/12/09, no prazo de 30 (trinta) dias, multas nos seguintes valores: 1 - R\$-3.001,00 (três mil e um reais), com fundamento no art. 120-B, IV, do RI/TCM, pela remessa intempestiva da documentação quadrimestral, superior a 90 (noventa) dias; 2 - R\$250,00 (duzentos e cinquenta reais), na forma do art. 120-B, § 1º, do RI/TCM, pela não remessa dos extratos bancários; relação de Restos a Pagar; e Relação de Bens adquiridos no exercício, descumprindo o art.1º, inciso I da Resolução 7.740- TCM; 3 - R\$1.000,00 (hum mil reais), nos termos do art. 120-A, II, do RI/TCM, por aplicar nas ações e serviços de saúde, o percentual de 12,54% dos impostos arrecadados e transferidos, mesmo tendo recebido um repasse da Prefeitura de 17,22%, descumprindo a Emenda Constitucional nº 29/2000; 4 - R\$500,00 (quinhentos reais), nos moldes do art. 120-B, § 1º, do RI/TCM, pela não remessa do parecer do Conselho Municipal de Saúde, descumprindo o art. 5º, da Resolução nº 7.738/2005-TCM; 5 - R\$5.000,00 (cinco mil reais), com fundamento no art. 120-A, II, Parágrafo Único, III, do RI/TCM, pela ausência de processos licitatórios para as despesas, no montante de R\$508.794,77, descumprindo o art. 37, XXI da CF/88 e art. 2º da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo de encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual". **Em votação:** O Conselheiro Daniel Lavareda e o Conselheiro Cezar Colares acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia e o Conselheiro Antônio José acompanharam o Relator, porém divergiram quanto a aplicação de multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas do Fundo Municipal de Inhangapi, exercício de 2006, de responsabilidade do Sr. José Ernandes Brito da Silva, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Por maioria:** com recolhimentos ao FUMREAP, no prazo de 30 (trinta) dias, das multas nos seguintes valores: 1 - R\$-3.001,00 (três mil e um reais), com fundamento no art. 120-B, IV, do RI/TCM, pela remessa intempestiva da documentação quadrimestral, superior a 90 (noventa) dias; 2 - R\$250,00 (duzentos e cinquenta reais), na forma do art. 120-B, § 1º, do RI/TCM, pela não remessa dos extratos bancários; relação de Restos a Pagar; e Relação de Bens adquiridos no exercício, descumprindo o art.1º, inciso I da Resolução 7.740- TCM; 3 - R\$-1.000,00 (hum mil reais), nos termos do art. 120-A, II, do RI/TCM, por aplicar nas ações e serviços de saúde, o percentual de 12,54% dos impostos arrecadados e transferidos, mesmo tendo recebido um repasse da Prefeitura de 17,22%, descumprindo a Emenda Constitucional nº 29/2000; 4 - R\$-500,00 (quinhentos reais), nos moldes do art. 120-B, § 1º, do RI/TCM, pela não remessa do parecer do Conselho Municipal de Saúde, descumprindo o art. 5º, da Resolução nº 7.738/2005-TCM; 5 - R\$-5.000,00 (cinco mil reais), com fundamento no art. 120-A, II, Parágrafo Único, III, do RI/TCM, pela ausência de processos licitatórios para as despesas, no montante de R\$-508.794,77, descumprindo o art. 37, XXI da CF/88 e art. 2º da Lei nº 8.666/93. Vencida a Conselheira Mara Lúcia e o Conselheiro Antônio José quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 542222006-00 - 200709351-00; Fundo Municipal de Saúde de Ourém; Prestação de Contas - 2006; Responsável Egnaldo Santos de Carvalho; Auditora Maria do Socorro Pessoa da Silva e 6ª Controladoria; Procuradora Maria Inez Gueiros;** Relator - Conselheiro Aloísio Chaves; **Publicado no DOE nº 32.385, de 26.04.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: "pela aprovação, com ressalva, da prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde de Ourém, exercício de 2006, de responsabilidade do





87 Sr. Egnaldo Santos de Carvalho, nos termos do art. 102, Parágrafo Único, do RI/TCM. O Alvará de Quitação, no montante  
88 de R\$-3.858.330,36 (três milhões, oitocentos e cinquenta e oito mil, trezentos e trinta reais e trinta e seis centavos),  
89 deverá ser concedido ao referido Ordenador, somente após a comprovação do recolhimento ao FUMREAP, instituído pela  
90 Lei nº 7.368, de 29/12/09, no prazo de 30 (trinta) dias, das seguintes multas: 1 - R\$-3.001,00 (três mil e um reais), com  
91 fundamento no art. 120-B, IV, do RI/TCM, pela remessa intempestiva da documentação quadrimestral, superior a 90  
92 (noventa) dias; 2 - R\$-500,00 (quinhentos reais), na forma do art. 120-B, § 1º do RI/TCM, pela não remessa do parecer  
93 do Conselho Municipal de Saúde". **Em votação:** O Conselheiro Daniel Lavareda e o Conselheiro Cezar Colares  
94 acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia e o Conselheiro Antônio José acompanharam o  
95 Relator, porém divergiram quanto a aplicação de multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O  
96 Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalva, da prestação de contas do Fundo Municipal  
97 de Saúde de Ourém, exercício de 2006, de responsabilidade do Sr. Egnaldo Santos de Carvalho, nos termos do  
98 art. 102, Parágrafo Único, do RI/TCM. **Por maioria:** com recolhimento ao FUMREAP, das seguintes multas: 1 -  
99 R\$-3.001,00 (três mil e um reais), com fundamento no art. 120-B, IV, do RI/TCM, pela remessa intempestiva  
100 da documentação quadrimestral, superior a 90 (noventa) dias; 2 - R\$-500,00 (quinhentos reais), na forma do  
101 art. 120-B, § 1º do RI/TCM, pela não remessa do parecer do Conselho Municipal de Saúde. Vencida a  
102 Conselheira Mara Lúcia e o Conselheiro Antônio José quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. Ausência, por  
103 ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. Em seguida, houve inversão de pauta, com o  
104 julgamento do processo de nº 59 e seguintes: **Processo nº 201302886-00; Prefeitura Municipal de**  
105 **Aveiro;** Subsídio - 2013; Lei nº 94, de 17.01.2013, que fixa os Subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e  
106 Secretários Municipais Para Legislativa 2013 a 2016; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator -  
107 Conselheiro Aloísio Chaves. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento  
108 dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro  
109 Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo  
110 cadastramento da Lei nº 94, de 17/01/2013, que fixou, nos arts. 1º, 2º e 3º, os subsídios do Prefeito, Vice-  
111 Prefeito e Secretários do Município de Aveiro, para a legislatura 2013 a 2016. Ausência, por ocasião de  
112 votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201300539-00; Prefeitura Municipal de Brejo**  
113 **Grande Araguaia;** Subsídio - 2013 Lei nº 1.282, de 22.10.2012 que fixa os Subsídios dos Vereadores Para  
114 Legislativa 2013 a 2016 Interessado Geraldo Francisco de Moraes; Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da  
115 Silva; Relator - Conselheiro Aloísio Chaves. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu  
116 posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão.**  
117 O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**,  
118 decidiu pelo cadastramento da Lei nº 1.282, de 22/10/2012, que fixou o subsídio mensal dos Vereadores e  
119 Presidente da Câmara Municipal de Brejo Grande do Araguaia para a legislatura de 2013 a 2016. Ausência, por  
120 ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201300540-00; Prefeitura Municipal**  
121 **de Brejo Grande Araguaia;** Subsídio - 2012 Lei nº 1.283, de 22.10.2012 que fixa os Subsídios do Prefeito,  
122 Vice-Prefeito e Secretários Municipais para Legislativa 2013 a 2016; Interessado Marcos Dias do Nascimento;  
123 Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Aloísio Chaves. Cumprindo dispositivo  
124 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do  
125 Ato. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência  
126 proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastro da Lei nº 1.283, de 22/10/2012,  
127 que fixou os subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários do Município de Brejo Grande do Araguaia para a  
128 legislatura 2013 a 2016. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº**  
129 **201205990-00; Prefeitura Municipal de Conceição do Araguaia;** Lei nº 1.153, de 30.03.2012 que





130 concede reajuste salarial ao Servidores Públicos Municipais dispostos nas Leis Complementares 006/1993 e  
131 029/2000; Interessado Álvaro Brito Xavier; Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator -  
132 Conselheiro Aloísio Chaves. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento  
133 dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro  
134 Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo  
135 cadastro da Lei nº 1.153, de 30/03/2012, que concedeu reajuste salarial de 6,5% aos servidores da Prefeitura  
136 Municipal de Conceição do Araguaia, dispostos nas Leis Complementares nºs 006/1993 (Plano de Carreira do  
137 Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal) e 029/2000 (Reorganiza o Plano de Carreiras da Secretaria  
138 Municipal de Saúde). Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº**  
139 **201205992-00; Prefeitura Municipal de Conceição do Araguaia; Lei nº 1.154 de 30.03.2012 que**  
140 **concede reajuste aos Servidores Públicos Municipais dispostos na Lei Complementar nº 090 (Estatuto e Plano**  
141 **de Carreira do Magistério Público); Interessado Álvaro Brito Xavier; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator -**  
142 **Conselheiro Aloísio Chaves.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento  
143 dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro  
144 Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo  
145 cadastramento da Lei nº 1.154, de 30/03/2012, que concedeu reajuste de 8,3% para os servidores públicos  
146 do Município de Conceição do Araguaia, dispostos na Lei Complementar nº 090 (Estatuto e Plano de Carreira  
147 do Magistério Público). Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº**  
148 **201218530-00; Prefeitura Municipal de Palestina do Pará; Subsídio – 2012; Lei nº 040, de 10.09.2012**  
149 **que fixa os Subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais Para Legislatura 2013 a 2016;**  
150 **Interessada Maria Ribeiro da Silva; Procuradora – Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro**  
151 **Aloísio Chaves.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e  
152 manifestou-se pelo cadastramento do ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator  
153 proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cada:stro  
154 da Lei n. 040, de 10/09/2012, que fixou, nos arts. 1º, 2º e 3º, os subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e  
155 Secretários do Município de Palestina do Pará, para a legislatura 2013 a 2016. Ausência, por ocasião de  
156 votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 200502571-00; Prefeitura Municipal de**  
157 **Limoeiro do Ajurú; Outros – 2004; Lei Nº 077/2004, de 17.12.2004, que fixa ajuda de Custas para a**  
158 **Manutenção da Residência da Prefeitura Municipal; Responsável Manoel Mario M. Pantoja; Relator - Auditor**  
159 **Convocado José Alexandre Cunha Pessoa.** Retirado de pauta. **Processo nº 201206399-00; Câmara**  
160 **Municipal de Conceição do Araguaia; Ato – 2012; Lei nº 1.151 De 19.03.2012 que dispõe sobre a**  
161 **atualização da Remuneração dos Servidores do Poder Legislativo; Interessado Álvaro Brito Xavier; Procuradora**  
162 **- Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Aloísio Chaves.** Cumprindo dispositivo regimental, o  
163 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A  
164 matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a  
165 **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento da Lei nº 1.151, de 19/03/2012, que  
166 concedeu atualização à remuneração dos servidores do Poder Legislativo do Município de Conceição do  
167 Araguaia no percentual de 6,08%, retroativo ao dia 1º/01/2012. Ausência, por ocasião de votação, do  
168 Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201217284-00; Câmara Municipal de Redenção do Pará;**  
169 **Subsídio – 2012; Resolução Nº 004 de 18.09.2012 que fixa os Subsídios dos Vereadores para Legislatura 2013**  
170 **a 2016; Interessado João Lúcio; Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Alrcísio**  
171 **Chaves.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e  
172 manifestou-se pelo cadastramento da Resolução. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator





proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento da Resolução nº 004, de 18/09/2012, que fixou o subsídio mensal dos Vereadores de Redenção do Pará para a legislatura 2013 a 2016, em parcela única de R\$-6.000,00 (seis mil reais). Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201301338-00; Câmara Municipal de Santana do Araguaia**; Diária – 2012; Resolução nº 004, de 31.08.2012, que dispõe sobre Concessão de Diárias aos Servidores e Vereadores; Interessado Carlos Vicente do Nascimento; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Aloísio Chaves. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento da Resolução. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento da Resolução nº 004, de 31/08/2012, que dispôs sobre a concessão de diárias aos Servidores e Vereadores da Câmara Municipal de Santana do Araguaia, com efeitos financeiros a contar de 1º/01/2013. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201220247-00; Câmara Municipal de Tucumã**; Resolução nº 004, de 14.12.2012, que rixa os Subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais para a Legislatura de 2013 a 2016.; Interessado Carlos Evandro Nogueira Ozório – Presidente; Procuradora – Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Aloísio Chaves. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo não cadastramento da Resolução. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: "*pelo cadastro da Resolução n. 004, de 14/12/2012, que fixa os subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários do Município de Tucumã, para a legislatura de 2013 a 2016, recomendando a citada Câmara Municipal, que atente na próxima fixação, para a adoção da espécie normativa correta*". **Em votação**: O Conselheiro Daniel Lavareda, o Conselheiro Cezar Colares e o Conselheiro Antônio José acompanharam o Relator. A Conselheira Mara Lúcia divergiu do Relator e votou pela negativa de cadastramento do Ato. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **por maioria**, decidiu pelo cadastramento da Resolução nº 004, de 14/12/2012, que fixou os subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários do Município de Tucumã, para a legislatura de 2013 a 2016, recomendando a citada Câmara Municipal, que atente na próxima fixação, para a adoção da espécie normativa correta. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. Vencida a Conselheira Mara Lúcia. Em seguida, houve inversão de pauta com o julgamento dos processos de nº's 4 e 5: **Processo nº 890012009-00; Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Tocantins; Prestação de Contas de Governo; Responsável Sidney Moreira de Souza**; 2ª Controladoria; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 32.385, de 26.04.2013**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas de Governo, devendo ainda ser enviada remessa da cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: "*pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas de Governo da Prefeitura Municipal recomendando à Câmara Municipal de Bom Jesus do Tocantins, exercício de 2009, de responsabilidade de Sidney Moreira de Souza, face ao descumprimento do art. 212, da CF/88 (Educação) e do art. 22, da Lei 11.494/2007 (FUNDEB) e divergência de saldo, com recolhimento ao Fundo instituído pela Lei nº 7.368/2009, de 29.12.2009 – FUMREAP do valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), pelo descumprimento do art. 212, da CF/88 (educação) e do art. 22, da Lei 11.494/2007 (FUNDEB), assim como a não consolidação das contas do Executivo com as do Legislativo; saldo insuficiente para cobrir o montante de compromissos a pagar, contrariando o disposto no art. 1º, § 1º, da LRF e a divergência entre o saldo final de 2009, no valor de R\$ 339.886,52 (trezentos e trinta e nove mil, oitocentos e oitenta e seis reais e cinquenta e dois) e o inicial de 2010 no montante de R\$ 336.631,61 (trezentos e trinta e seis mil, seiscentos e trinta e um reais e sessenta e um centavos), nos termos do art. 120-A, II, do RI/TCM/PA, sem prejuízo do encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual*". **Em votação**: O Conselheiro Daniel





Lavareda acompanhou o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia e o Conselheiro Antonio José acompanharam o Relator, porém divergiram quanto a aplicação de multa ao FUMREAP. Com o voto de desempate da Presidência. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas de Governo da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Tocantins, exercício de 2009, de responsabilidade de Sidney Moreira de Souza, face ao descumprimento do art. 212, da CF/88 (Educação) e do art. 22, da Lei 11.494/2007 (FUNDEB) e divergência de saldo, com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual, **por maioria**, sem as multas ao FUMREAP. Vencido o Conselheiro Daniel Lavareda e o Conselheiro Cezar Colares quanto a aplicação da multa ao FUMREAP. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo e do Conselheiro Aloísio Chaves. **Processo nº 890012009-00; Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Tocantins; Prestação de Contas Contas de Gestão ; Responsável Sidney Moreira de Souza; 2ª Controladoria; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator – Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.385, de 26.04.2013.**

Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas de Gestão. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: *"pela não aprovação das contas de Gestão da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Tocantins, exercício de 2009, de responsabilidade de Sidney Moreira de Souza, considerando a divergência entre o saldo final em 2009 e o saldo inicial em 2010; o não repasse ao INSS da totalidade das contribuições retidas e processos licitatórios enviados de forma incompleta, com recolhimento, a título de multas: - Aos Cofres Municipais: - R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), referentes a 5% da remuneração anual do Ordenador de despesas, pela infringência ao artigo 5º, Inciso I, §§ 1º e 2º, da Lei Federal nº 10.028/2000, remessa intempestiva do RGF do 1º semestre. - Ao FUMREAP/TCM instituído pela Lei nº 7.368/2009, de 29.12.2009: - R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), pela remessa intempestiva da LDO e dos RREO's do 3º e 6º bimestres e de contratos, nos termos do art.120-B, I e IV, do RI/TCM/PA, e por descontrolado financeiro".* **Em votação**: O Conselheiro Daniel Lavareda acompanhou o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia e o Conselheiro Antonio José acompanharam o Relator, porém divergiram quanto a aplicação de multa ao FUMREAP. Com o voto de desempate da Presidência. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas de Gestão da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Tocantins, exercício de 2009, de responsabilidade de Sidney Moreira de Souza, considerando a divergência entre o saldo final em 2009 e o saldo inicial em 2010; o não repasse ao INSS da totalidade das contribuições retidas e processos licitatórios enviados de forma incompleta, com recolhimento, a título de multas: - Aos Cofres Municipais: - R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), referentes a 5% da remuneração anual do Ordenador de despesas, pela infringência ao artigo 5º, Inciso I, §§ 1º e 2º, da Lei Federal nº 10.028/2000, remessa intempestiva do RGF do 1º semestre, **por maioria**, sem as multas ao FUMREAP. Vencido o Conselheiro Daniel Lavareda e o Conselheiro Cezar Colares quanto a aplicação da multa ao FUMREAP. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo e do Conselheiro Aloísio Chaves. Às nove horas e quarenta e nove minutos, o Conselheiro José Carlos Araújo assumiu a Presidência da Sessão. Em seguida, houve inversão de pauta com o julgamento do processo de nº 3: **Processo nº 0940012002-00; Prefeitura Municipal de Mãe do Rio; Prestação de Contas – 2002; João Eudes de Carvalho Neri (Oab/Pa 11.183); Responsável Antônio Saraiva Rabêlo; Auditora Elaine Zahlut Bastos; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relatora - Conselheira Mara Lúcia; Publicado no DOE nº 32.385, de 26.04.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio favorável a aprovação das contas, com ressalvas, de responsabilidade





de Antônio Saraiva Rabêlo, ex Prefeito Municipal de Mãe do Rio, do exercício de 2002. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves e do Conselheiro Cezar Colares. Em seguida, houve a inversão de pauta, com o julgamento do processo de nº 6: **Processo nº 1020012005-00; Prefeitura Municipal de São Geraldo do Araguaia; Prestação de Contas – 2005; Responsável Manoel Soares da Costa; Auditora Marcia Tereaza A. Costa; Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Antonio José Guimarães; Publicado no DOE nº 32.385, de 26.04.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio favorável a aprovação das contas, com ressalva. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio favorável a aprovação das contas da Câmara Municipal de São Geraldo do Araguaia, exercício de 2005, de responsabilidade de Manoel Soares da Costa, com recolhimento aos Cofres do Município, no prazo de quinze (15) dias, de multa no valor de R\$-36.000,00 (trinta e seis mil reais), correspondente a 30%, dos vencimentos anuais do Ordenador, pela remessa fora do prazo dos Relatórios de Gestão Fiscal do 1º (323 dias), 2º (200 dias) e 3º (78 dias) quadrimestres, na forma do art. 5º, I, § 1º da Lei nº 10.028/2000. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves. **Processo nº 760012004-00; Prefeitura Municipal de São Félix do Xingú; Prestação de Contas – 2004; Responsável Antonio Paulino da Silva, Ex-Prefeito Municipal; 2ª Controladoria; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Auditor convocado para proposição de voto Sérgio Franco Dantas; Publicado no DOE nº 32.385, de 26.04.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Relator proferiu sua proposição de **VOTO**: “*pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas da Prefeitura Municipal de São Félix do Xingú, exercício de 2004, de responsabilidade do Sr. Antônio Paulino da Silva, com os seguintes recolhimentos: Aos Cofres Municipais: R\$-331.242,39 (trezentos e trinta e um mil, duzentos e quarenta e dois reais e trinta e nove centavos), referente a conta “Agente Ordenador”; R\$-32.580,00 (trinta e dois mil, quinhentos e oitenta reais), referente ao pagamento a maior do subsídios dos gestores; R\$-10.890,00 (dez mil, oitocentos e noventa reais), correspondente a 15% dos vencimentos, com base no art.5º, I e §1º da Lei Federal nº 10.028/2000, face a remessa extemporânea do RGF. Ao FUNREAP ( Lei nº 7.368/2009). R\$-2.000,00 (dois mil reais), com base no artº 120-B, IV do RI/TCM, pela remessa extemporânea das documentações quadrimestrais, Balanço Geral e RREO's, a qual deverá ser recolhido ao FUMREAP/TCM de conformidade com o art. 3º, III da Lei nº 7.368/2009; R\$-2.000,00 (dois mil reais), face o descumprimento do art. 212 da CF/88, art.60 do ADCT; art.7º da Lei do Fundef, e art. 50, II da LRF, sem prejuízo de encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual*”. **Em votação**: O Conselheiro Cezar Colares retificou os termos da proposição de voto proferida para excluir a multa referente ao pagamento a maior do subsídios dos Gestores e o recolhimento aplicado. O Conselheiro Daniel Lavareda e o Conselheiro José Carlos Araújo acompanharam o voto do Conselheiro Cezar Colares, na íntegra, A Conselheira Mara Lúcia e o Conselheiro Antônio José acompanharam o Conselheiro Cezar Colares, porém excluíram a multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas da Prefeitura Municipal de São Félix do Xingú, exercício de 2004, de responsabilidade do Sr. Antônio Paulino da Silva, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Por maioria**: com recolhimento de multa ao FUMREAP no valor de R\$-2.000,00 (dois mil reais), com base no artº 120-B, IV do RI/TCM, pela remessa extemporânea das documentações quadrimestrais, Balanço Geral e RREO's, e R\$-2.000,00 (dois mil reais), face o descumprimento do art. 212 da CF/88, art. 60 do ADCT; art.7º da Lei do FUNDEF, e art. 50, II da LRF. Vencida a Conselheira Mara Lúcia e o Conselheiro Antônio José quanto a a exclusão da multa ao FUMREAP. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves. **Processo nº 1230022007-00; Câmara Municipal de Santa Luzia do Pará;**





304 Prestação de Contas – 2007; Responsável Maria Lúcia Machado; 1ª Controladoria; Procuradora Maria Regina  
305 da Cunha; Relatora - Conselheira Rosa Hage; Publicado no DOE nº 32.385, de 26.04.2013. Retirado de  
306 pauta. Processo nº 1220022009-00; Câmara Municipal de Santa Barbara; Prestação de Contas –  
307 2009; Responsável Raimundo Conceição de Souza Monteiro; 3ª Controladoria; Procuradora - Chefe Elisabeth  
308 Salame da Silva; Relatora - Conselheira Mara Lúcia; Publicado no DOE nº 32.385, de 26.04.2013.  
309 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se  
310 pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu  
311 **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das  
312 contas do Senhor Raimundo Conceição de Souza Monteiro, Vereador Presidente da Câmara Municipal de Santa  
313 Bárbara, exercício de 2009, com recolhimento de multa pela remessa intempestiva do RGF no percentual de  
314 15% (quinze por cento) dos vencimentos do Vereador Presidente, o que corresponde a R\$-7.000,00 (sete mil  
315 reais); "Agente Ordenador" no valor de R\$-22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos reais), e débito sobre a  
316 emissão de cheques sem fundo no valor de R\$-41,70 (quarenta e um reais e setenta centavos), sem prejuízo  
317 da remessa de cópia dos autos ao Ministério Público do Estado. Em seguida, o Conselheiro José Carlos Araújo  
318 convocou o Auditor Sérgio Dantas para composição de quorum. **Processo nº 890022009-00; Câmara**  
319 **Municipal de Bom Jesus do Tocantins; Prestação de Contas – 2009; Responsável Luiz Carlos Souza Silva;**  
320 **2ª Controladoria; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Cezar Colares; Publicado no**  
321 **DOE nº 32.385, de 26.04.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu  
322 posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas, com ressalva. A matéria foi colocada  
323 **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: "*pela não aprovação das contas da Câmara Municipal de*  
324 *de Bom Jesus do Tocantins, exercício de 2009, de responsabilidade de Luiz Carlos Souza Silva, com os recolhimentos: -*  
325 *Aos Cofres Municipais: - R\$ 1.792,50 (hum mil setecentos e noventa e dois reais e cinquenta centavos), referente a multa*  
326 *de 5% da remuneração anual do Ordenador de despesas, pela infringência ao artigo 5º, Inciso I, §§ 1º e 2º, da Lei*  
327 *Federal nº 10.028/2000, remessa intempestiva do RGF do 1º quadrimestre1. - Ao FUMREAP - R\$ 3.000,00 (três mil reais),*  
328 *pelo não recolhimento dos valores de INSS retidos dos servidores, sem prejuízo de encaminhamento de cópia dos autos ao*  
329 *Ministério Público Estadual*". **Em votação**: O Conselheiro Aloísio Chaves, o Conselheiro Daniel Lavareda, o  
330 Auditor convocado Sérgio Dantas e o Conselheiro José Carlos Araújo acompanharam o Relator, na íntegra. A  
331 Conselheira Mara Lúcia e o Conselheiro Antônio José acompanharam o Relator, porém excluíram a multa ao  
332 FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das  
333 contas da Câmara Municipal de de Bom Jesus do Tocantins, exercício de 2009, de responsabilidade de Luiz  
334 Carlos Souza Silva, com recolhimento aos Cofres Municipais no valor de R\$ 1.792,50 (hum mil, setecentos e  
335 noventa e dois reais e cinquenta centavos), referente a multa de 5% da remuneração anual do Ordenador de  
336 despesas, pela infringência ao artigo 5º, Inciso I, §§ 1º e 2º, da Lei Federal nº 10.028/2000, remessa  
337 intempestiva do RGF do 1º quadrimestre, bem como o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério  
338 Público Estadual. **Por maioria**: ao FUMREAP - R\$ 3.000,00 (três mil reais), pelo não recolhimento dos valores  
339 de INSS retidos dos servidores. Às dez horas e dez minutos, a Conselheira Mara Lúcia assumiu a Presidência  
340 da Sessão. **Processo nº 1420022004-00; Câmara Municipal de São João da Ponta; Prestação de**  
341 **Contas – 2004; Responsável João da Cruz de Natividade e Silva; Auditor Ocyr Mello e Sérgio Dantas;**  
342 **Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Auditor Convocado José Alexandre Cunha Pessoa;**  
343 **Publicado no DOE nº 32.385, de 26.04.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público  
344 ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada  
345 **em discussão**. O Relator proferiu sua proposição de **VOTO**: "*pela não aprovação das contas da Câmara Municipal*  
346 *de São João da Ponta, do exercício de 2004, de responsabilidade do Sr. João da Cruz de Natividade e Silva, com a multa no*  
347 *valor de R\$-5.760,00 (cinco mil, setecentos e sessenta reais), pela remessa intempestiva dos Relatórios de Gestão Fiscal,*





348 *relativo a 30% de sua remuneração anual (R\$19.200,00 -dezenove mil e duzentos reais), com fulcro no art. 5º, inciso I,*  
349 *parágrafos 1º e 2º da Lei Federal nº 10.028/2000; recolhimento de R\$-11.280,00 (onze mil, duzentos e oitenta reais), com*  
350 *fulcro no art. 52, parágrafo 2º, da Lei complementar nº 25/94, pelo pagamento da remuneração dos Edis acima do fixado*  
351 *pela Resolução nº 001/97; multa ao FUMREAP no valor de R\$-600,00 (seiscentos reais) pela remessa intempestiva da*  
352 *prestação de contas do exercício; R\$-1.000,00 (um mil reais), pela inobservância do art. 50. inciso II, da Lei de*  
353 *Responsabilidade Fiscal, ao deixar de apropriar a totalidade de encargos patronais, dentro do exercício em análise".* **Em**  
354 **votação:** O Conselheiro José Carlos Araújo ratificou os termos da proposição de voto apresentada. O  
355 Conselheiro Aloísio Chaves, o Conselheiro Daniel Lavareda e o Conselheiro Cezar Colares acompanharam o  
356 Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia e o Conselheiro Antônio José acompanharam o Relator, porém  
357 com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,**  
358 decidiu pela não aprovação das contas da Câmara Municipal de São João da Ponta, do exercício de 2004, de  
359 responsabilidade do Sr. João da Cruz de Natividade e Silva, com a multa no valor de R\$-5.760,00 (cinco mil,  
360 setecentos e sessenta reais), pela remessa intempestiva dos Relatórios de Gestão Fiscal, relativo a 30% de sua  
361 remuneração anual (R\$19.200,00 -dezenove mil e duzentos reais), com fulcro no art. 5º, inciso I, parágrafos  
362 1º e 2º da Lei Federal nº 10.028/2000; recolhimento de R\$-11.280,00 (onze mil, duzentos e oitenta reais),  
363 com fulcro no art. 52, parágrafo 2º, da Lei complementar nº 25/94, pelo pagamento da remuneração dos Edis  
364 acima do fixado pela Resolução nº 001/97. **Por maioria:** multa ao FUMREAP no valor de R\$-600,00  
365 (seiscentos reais) pela remessa intempestiva da prestação de contas do exercício; R\$-1.000,00 (um mil reais),  
366 pela inobservância do art. 50. inciso II, da Lei de Responsabilidade Fiscal, ao deixar de apropriar a totalidade  
367 de encargos patronais, dentro do exercício em análise. Vencida a Conselheira Mara Lúcia e o Conselheiro  
368 Antônio José quanto a multa ao FUMREAP. Às dez horas e vinte minutos, o Conselheiro José Carlos Araújo  
369 assumiu a Presidência da Sessão. Em seguida, convocou o Auditor Sérgio Dantas para composição de quorum.  
370 **Processo nº 143192010-00; Gabinete do Vice-Prefeito do Município de Belém; Prestação de Contas**  
371 **– 2010; Responsável Adrienne Bittencourt Resque(1º Quadrimestre) e Rosa de Figueiredo Lavor (2º e 3º**  
372 **Quadrimestre); 5ª Controladoria; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda;**  
373 **Publicado no DOE nº 32.385, de 26.04.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público  
374 ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em**  
375 **discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**  
376 **unanimidade,** decidiu pela aprovação da prestação de contas do Gabinete do Vice-Prefeito Municipal de  
377 Belém, exercício de 2010, de responsabilidade das Sras. Adrienne Bittencourt Resque (1º quadrimestre) e  
378 Rosa de Figueiredo Lavor (2º e 3º quadrimestre), com expedição do competente Alvará de Quitação pelas  
379 quantias ordenadas. **Processo nº 146002010-00; Auditoria Geral do Município de Belém; Prestação**  
380 **de Contas – 2010; Responsável Maria de Nazareth Oliveira Maciel; 5ª Controladoria; Procuradora Maria Inez**  
381 **Gueiros; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda; Publicado no DOE nº 32.385, de 26.04.2013.** Cumprindo  
382 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela  
383 aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A  
384 Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela aprovação da prestação de  
385 contas da Auditoria Geral do Município de Belém, exercício de 2010, de responsabilidade da Sra. Maria de  
386 Nazareth Oliveira Maciel, com expedição do competente Alvará de Quitação pelas quantias ordenadas. Em  
387 seguida, houve inversão de pauta com o julgamento do processo de nº 16: **Processo nº 893982009-00;**  
388 **Fundo Municipal de Assistência Social de Bom Jesus do Tocantins; Prestação de Contas – 2009;**  
389 **Responsável Marinilsa Silva Araújo; 2ª Controladoria; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro**  
390 **Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.385, de 26.04.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o





Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas, com ressalva. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: "*pela não aprovação das contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Bom Jesus do Tocantins, exercício 2009, de responsabilidade de Marinilsa Silva Araújo, pela não comprovação através de extrato bancário do alegado saldo no valor de R\$ 39.623,81 (trinta e nove mil seiscientos e vinte e três reais e oitenta e um centavos), condenado o Ordenador aos recolhimentos: - Fazenda Pública Municipal R\$ 39.623,81 (trinta e nove mil seiscientos e vinte e três reais e oitenta e um centavos), valor que não comprovou como saldo para o exercício seguinte; - Ao FUMREAP, multa de R\$ 3.000,00 (três mil reais) por não apresentar documento obrigatório (extratos bancários) com a prestação de contas e nem posteriormente, quando se defendeu em decorrência de haver sido citado, sem prejuízo de encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público do Estado do Pará*". **Em votação**: O Conselheiro Aloísio Chaves, o Auditor convocado Sérgio Dantas e o Conselheiro José Carlos Araújo acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia e o Conselheiro Conselheiro Antônio José acompanharam o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação as contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Bom Jesus do Tocantins, exercício 2009, de responsabilidade de Marinilsa Silva Araújo, pela não comprovação através de extrato bancário do alegado saldo no valor de R\$ 39.623,81 (trinta e nove mil seiscientos e vinte e três reais e oitenta e um centavos), com o recolhimento aos Cofres Municipais do valor de R\$ 39.623,81 (trinta e nove mil seiscientos e vinte e três reais e oitenta e um centavos), sem prejuízo do encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público do Estado. **Por maioria**: - ao FUMREAP, multa de R\$ 3.000,00 (três mil reais), pela não apresentação de documento obrigatório (extratos bancários). Vencida a Conselheira Mara Lúcia e o Conselheiro Antônio José quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 893992009-00; Fundo Municipal de Educação de Bom Jesus do Tocantins; Prestação de Contas – 2009; Responsável Josiene Gonçalves da Silva; 2ª Controladoria; Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.385, de 26.04.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas, com ressalva. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: "*pela não aprovação das contas do Fundo Municipal de Educação de Bom Jesus do Tocantins, exercício de 2009, de responsabilidade de Josiene Gonçalves da Silva, face a conta Agente Ordenador, assim como os descumprimentos do art. 212, da CF/88 (Educação) e do art. 22, da Lei nº 11.494/2007 (FUNDEB), e divergência do saldo do exercício de 2009 e o início do exercício de 2010, com os recolhimentos: - Aos Cofres Municipais: - R\$ 24.880,84 (vinte e quatro mil, oitocentos e oitenta reais e oitenta e quatro centavos), relativo a devolução pelo valor lançado à conta "Agente Ordenador", devidamente atualizado; e - R\$ 8.412,77 (oito mil, quatrocentos e doze reais e setenta e sete centavos), referentes à devolução de diferença do saldo final de 2009 para o saldo inicial de 2010. - Ao FUMREAP/TCM instituído pela Lei nº 7.368/2009, de 29.12.2009: - R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), multa pela divergência entre o saldo final do exercício de 2009 e o saldo inicial do exercício de 2010; saldo apresenta-se insuficiente para cobrir o montante de compromissos a pagar, assim como o descumprimento do art. 212, da CF/88 (Educação) e o descumprimento do art. 22, da Lei nº 11.494/2007 (FUNDEB), com fundamento do art. 120-A, II, do RI/TCM/PA, sem prejuízo de encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual*". **Em votação**: O Conselheiro Aloísio Chaves, o Conselheiro Daniel Lavareda, o Auditor convocado Sérgio Dantas e o Conselheiro José Carlos Araújo acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia e o Conselheiro Antônio José acompanharam o Relator, porém divergiram quanto a aplicação da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas do Fundo Municipal de Educação de Bom Jesus do Tocantins, exercício de 2009, de responsabilidade de Josiene Gonçalves da Silva, face a conta Agente Ordenador, bem como pelos descumprimentos do art. 212, da CF/88 (Educação) e do art. 22, da Lei nº 11.494/2007 (FUNDEB), além da divergência do saldo do exercício de 2009 e o início do exercício de 2010, com os recolhimentos, aos Cofres Municipais, do valor de R\$-24.880,84 (vinte





e quatro mil, oitocentos e oitenta reais e oitenta e quatro centavos), relativo a devolução do valor lançado à conta "Agente Ordenador", devidamente atualizado; e – R\$ 8.412,77 (oito mil, quatrocentos e doze reais e setenta e sete centavos), referentes a devolução de diferença do saldo final de 2009 para o saldo inicial de 2010, sem prejuízo de encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Por maioria:** ao FUMREAP - R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), multa pela divergência entre o saldo final do exercício de 2009 e o saldo inicial do exercício de 2010. Vencida a Conselheira Mara Lúcia e o Conselheiro Antônio José quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. **Processo nº 893972009-00; Fundo Municipal de Saúde de Bom Jesus do Tocantins;** Prestação de Contas – 2009; Responsável Erivaldo Oliveira Silva (Período de 01/01 a 31/05), Mara Celia Resplande (Período de 01/06 a 26/06), Viviane Buss Meirelles (Período de 27/06 a 31/12); 2ª Controladoria; Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 32.385, de 26.04.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas dos Ordenadores Erivaldo Oliveira Silva (Período de 01/01 a 31/05) e Mara Celia Resplande (Período de 01/06 a 26/06), e pela não aprovação das contas da Ordenadora Viviane Buss Meirelles (Período de 27/06 a 31/12). A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO:** "*pela não aprovação das contas do Fundo Municipal de Saúde de Bom Jesus do Tocantins, exercício 2009, período de 01.01 a 31.05, de responsabilidade de Erivaldo de Oliveira Silva, com recolhimento: – Aos Cofres Municipais, R\$ 7.598,02 (sete mil, quinhentos e noventa e oito reais e dois centavos), referentes a saldo final do período não comprovado documentalmente; – Ao FUMREAP, R\$ 2.000,00 (dois mil reais) a título de multa pela não apresentação de documento obrigatório (extrato bancário) na prestação de contas e nem na defesa. Pela não aprovação das contas do Fundo Municipal de Saúde de Bom Jesus do Tocantins, exercício 2009, período de 01.06 a 26.06, de responsabilidade de Mara Célia Resplande, com recolhimento: – Aos Cofres Municipais, R\$ 4.050,75 (quatro mil, cinquenta reais e setenta e cinco centavos), referentes a saldo final do período não comprovado documentalmente; – Ao FUMREAP, R\$ 1.000,00 (hum mil reais) a título de multa pela não apresentação de documento obrigatório (extrato bancário) na prestação de contas e nem na defesa. Pela não aprovação das contas do Fundo Municipal de Saúde de Bom Jesus do Tocantins, exercício 2009, período de 27.06 a 31.12, de responsabilidade de Viviane Buss Meirelles, com recolhimento: – Aos Cofres Municipais, R\$ 22.015,26 (vinte e dois mil, quinze reais e vinte e seis centavos), referentes a saldo final do período não comprovado documentalmente; – Ao FUMREAP, R\$ 3.000,00 (três mil reais) a título de multa pela não apresentação de documento obrigatório (extrato bancário) na prestação de contas e nem na defesa, sem prejuízo de encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público do Estado do Pará*". **Em votação:** O Conselheiro Aloísio Chaves, o Auditor convocado Sérgio Dantas e o Conselheiro José Carlos Araújo acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia e o Conselheiro Conselheiro Antônio José acompanharam o Relator, porém com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas do Fundo Municipal de Saúde de Bom Jesus do Tocantins, exercício 2009, período de 01.01 a 31.05, de responsabilidade de Erivaldo de Oliveira Silva, período de 01.06 a 26.06, de responsabilidade de Mara Célia Resplande, e período de 27.06 a 31.12, de responsabilidade de Viviane Buss Meirelles, com recolhimento aos Cofres Municipais dos seguintes valores: Erivaldo de Oliveira Silva: R\$-7.598,02 (sete mil, quinhentos e noventa e oito reais e dois centavos), referentes a saldo final do período não comprovado documentalmente; Mara Célia Resplande: R\$ 4.050,75 (quatro mil, cinquenta reais e setenta e cinco centavos), referentes a saldo final do período não comprovado documentalmente; Viviane Buss Meirelles: R\$ 22.015,26 (vinte e dois mil, quinze reais e vinte e seis centavos), referentes a saldo final do período não comprovado documentalmente, sem prejuízo de encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público do Estado do Pará. **Por maioria:** – ao FUMREAP, Erivaldo de Oliveira Silva: R\$ 2.000,00 (dois mil reais) a título de multa pela não apresentação de documento obrigatório (extrato bancário) na prestação de contas e nem na defesa; Mara Célia Resplande, R\$-1.000,00 (hum mil reais) pela





480 não apresentação de documento obrigatório (extrato bancário) na prestação de contas e nem na defesa;  
481 Viviane Buss Meirelles: R\$-3.000,00 (três mil reais) a título de multa pela não apresentação de documento  
482 obrigatório (extrato bancário) na prestação de contas e nem na defesa. Vencida a Conselheira Mara Lúcia e o  
483 Conselheiro Antônio José quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. Ausência, por ocasião de votação, do  
484 Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 1100052005-00; Fundo Municipal de Saúde de Brasil Novo;**  
485 **Prestação de Contas – 2005; Responsável Waldirene Arraes Campos; 2ª Controladoria; Procuradora Maria Inez**  
486 **Gueiros; Relator - Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.385, de 26.04.2013.** Cumprindo  
487 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela  
488 aprovação das contas, com ressalva. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu  
489 **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com  
490 ressalvas, das Contas do Fundo Municipal de Saúde de Brasil Novo, exercício de 2005 de responsabilidade, de  
491 Waldirene Arraes Campos, com expedição do Alvará de Quitação pelas despesas ordenadas. Ausência, por  
492 ocasião de votação do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 480032004-00; Fundo Municipal de**  
493 **Assistência Social de Monte Alegre; Prestação de Contas – 2004; Responsável Jardel Vasconcelos Carmo;**  
494 **2ª Controladoria; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Cezar Colares; Publicado no**  
495 **DOE nº 32.385, de 26.04.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu  
496 posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**.  
497 O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: *"pela aprovação com ressalva das contas do Fundo de Assistência Social do*  
498 *Município de Monte Alegre, exercício de 2004, de responsabilidade de Jardel Vasconcelos Carmo, com recolhimento ao*  
499 *Fundo instituído pela Lei nº 7.368/2009 – FUMREAP, o valor de R\$5.000,00 (cinco mil reais), pelo considerável atraso no*  
500 *encaminhamento da documentação, com base no art. 120-B, II, RI/TCM/PA".* **Em votação**: O Conselheiro Aloísio  
501 Chaves, o Auditor convocado Sérgio Dantas e o Conselheiro José Carlos Araújo acompanharam o Relator, na  
502 íntegra. A Conselheira Mara Lúcia e o Conselheiro Antônio José acompanharam o Relator, porém com a  
503 exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu  
504 pela aprovação, com ressalva, das contas do Fundo de Assistência Social do Município de Monte Alegre,  
505 exercício de 2004, de responsabilidade de Jardel Vasconcelos Carmo, **por maioria**, com recolhimento ao  
506 FUMREAP do valor de R\$-5.000,00 (cinco mil reais), pelo considerável atraso no encaminhamento da  
507 documentação, com base no art. 120-B, II, RI/TCM/PA. Vencida a Conselheira Mara Lúcia e o Conselheiro  
508 Antônio José quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro  
509 Daniel Lavareda. **Processo nº 0484592000-00; Fundo Municipal de Saúde de Monte Alegre;**  
510 **Prestação de Contas – 2000; Responsável Regina Celi Valente Lazzaretti; Auditora Elaine Zahluth Bastos;**  
511 **Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº**  
512 **32.385, de 26.04.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento  
513 dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas, com ressalva. A matéria foi colocada **em discussão**. O  
514 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**,  
515 decidiu pela aprovação, com ressalva, das contas do Fundo Municipal de Saúde de Monte Alegre, exercício  
516 2000, de responsabilidade de Regina Celi Valente Lazzaretti. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro  
517 Daniel Lavareda. **Processo nº 1440042010-00; Fundo Municipal de Saúde de Tracuateua; Prestação**  
518 **de Contas – Anuais de Gestão – 2010; Responsável Enivaldo Reis da Silva; 4ª Controladoria; Procuradora**  
519 **Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Antonio José Guimarães; Publicado no DOE nº 32.385, de**  
520 **26.04.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e  
521 manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator  
522 proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não





aprovação das contas do Fundo Municipal de Saúde de Tracuateua, exercício de 2010, de responsabilidade de Enivaldo Reis da Silva, sem prejuízo do encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual.

**Processo nº 1442012010-00; Fundo Municipal de Educação de Tracuateua; Prestação Contas Anuais de Gestão – 2010; Responsável Denilza de Fátima Oliveira da Silva; 4ª Controladoria; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Antonio José Guimarães; Publicado no DOE nº 32.385, de 26.04.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas do Fundo Municipal de Educação de Tracuateua, exercício de 2010, com a expedição do Alvará de Quitação, no valor de R\$ 643.142,36 (seiscentos e quarenta e três mil, cento e quarenta e dois reais e trinta e seis centavos). Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves e do Conselheiro Cezar Colares. Em seguida, a Conselheira Mara Lúcia assumiu a Presidência da Sessão. **Processo nº 762792007-00; Fundo Municipal de Assistência Social de São Félix do Xingú; Prestação de Contas – 2007; Responsável Enedino Rodrigues Onório; Auditor Leonardo Macieira; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Auditor Convocado para proposição de voto José Alexandre Cunha Pessoa; Publicado no DOE nº 32.385, de 26.04.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas, com ressalva. A matéria foi colocada **em discussão**. O Relator proferiu sua proposição de **VOTO**: *"pela aprovação, com ressalva, das contas do Fundo Municipal de Assistência Social de São Felix do Xingú, exercício de 2007, de responsabilidade do Sr. Enedino Rodrigues Onório., nos termos do art. 52, II e III, da Lei Complementar nº 25/94 – LOTCM-PA, com os recolhimentos: Multas com fulcro no art. 57, inciso II, da Lei Complementar nº 025/94; R\$ 500,00 (quinhentos reais) pela remessa da prestação de contas do 1º Quadrimestre, fora do prazo legal; e R\$ 1.000,00 (hum mil reais) pela não apropriação dos encargos patronais e não recolhimento dos valores retidos"*. **Em votação**: O Conselheiro José Carlos Araújo ratificou os termos da proposição de voto apresentada. O Conselheiro Daniel Lavareda e o Auditor convocado Sérgio Dantas acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia e o Conselheiro Antônio José acompanharam o Relator, porém com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalva, das contas do Fundo Municipal de Assistência Social de São Felix do Xingú, exercício de 2007, de responsabilidade do Sr. Enedino Rodrigues Onório, **por maioria**, com aplicação de multa ao FUMREAP no valor de R\$-500,00 (quinhentos reais) pela remessa da prestação de contas do 1º quadrimestre fora do prazo legal; R\$ 1.000,00 (hum mil reais) pela não apropriação dos encargos patronais e não recolhimento dos valores retidos. Vencida a Conselheira Mara Lúcia e o Conselheiro Antônio José. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves e do Conselheiro Cezar Colares. Dispensado a convocação do Auditor Sérgio Dantas. **Processo nº 762752007-00; Fundo Municipal de Saúde de São Félix do Xingú; Prestação de Contas – 2007; Responsável Esdras Cordeiro e Silva; Auditor Leonardo Macieira; Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Auditor Convocado para proposição de voto José Alexandre Cunha Pessoa; Publicado no DOE nº 32.385, de 26.04.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Relator Auditor convocado proferiu sua proposição de **VOTO**. *"pela não aprovação das contas do Fundo Municipal de Saúde de São Felix do Xingú, exercício de 2007, de responsabilidade do Sr. Esdras Cordeiro e Silva, Ordenador de despesa, pela ausência do processo de dispensa de licitação para locação do imóvel da empresa A. Luiz Rodrigues de Castro, valor pago no exercício R\$ 110.078,26 (cento e dez mil, setenta e oito reais e vinte e seis centavos), sem o prejuízo do recolhimento aos Cofres Públicos, a título de multa, com fulcro no art. 57, inc. I, "b" da Lei Complementar nº 84/2012 – LOTCM, dos seguintes valores: R\$500,00 (quinhentos reais) pela infringência ao regime de competência da despesa pública, no que se refer? às*





567 obrigações patronais, previsto no art. 50, II, da LRF c/c art. 35, II, da Lei nº 4.320/64; R\$1.000,00 (um mil reais) pelo não  
568 repasse ao INSS da totalidade das contribuições retidas dos servidores; R\$500,00 (quinhentos reais) pela remessa  
569 intempestiva do parecer do Conselho Municipal de Saúde; R\$1.100,00 (um mil e cem reais) pela não remessa do processo  
570 de dispensa de licitação, para locação de imóvel, sem prejuízo de encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério  
571 Público Estadual". **Em votação:** O Conselheiro José Carlos Araújo ratificou os termos da proposição de voto  
572 apresentada. O Conselheiro Daniel Lavareda acompanhou o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia e o  
573 Conselheiro Antônio José acompanharam o Relator, porém com a exclusão da multa ao FUMREAP. A  
574 Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas do  
575 Fundo Municipal de Saúde de São Felix do Xingu, exercício de 2007, de responsabilidade do Sr. Esdras Cordeiro  
576 e Silva, Ordenador de despesa, pela ausência do processo de dispensa de licitação para locação do imóvel da  
577 empresa A. Luiz Rodrigues de Castro, valor pago no exercício R\$ 110.078,26 (cento e dez mil, setenta e oito  
578 reais e vinte e seis centavos), sem prejuízo de encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público  
579 Estadual. **Por maioria**, sem o prejuízo do recolhimento de multa ao FUMREAP dos seguintes valores: R\$-  
580 500,00 (quinhentos reais) pela infringência ao regime de competência da despesa pública, no que se refere às  
581 obrigações patronais, previsto no art. 50, II, da LRF c/c art. 35, II, da Lei nº 4.320/64; R\$1.000,00 (um mil  
582 reais) pelo não repasse ao INSS da totalidade das contribuições retidas dos servidores; R\$500,00 (quinhentos  
583 reais) pela remessa intempestiva do parecer do Conselho Municipal de Saúde; R\$1.100,00 (um mil e cem  
584 reais) pela não remessa do processo de dispensa de licitação, para locação de imóvel. Vencida a Conselheira  
585 Mara Lúcia e o Conselheiro Antônio José. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves e do  
586 Conselheiro Cezar Colares. Em seguida, o Conselheiro Daniel Lavareda assumiu a Presidência da Sessão.  
587 **Processo nº 054002005-00; Fundo Hospitalar Vale do Jari - FUNVALE de Almeirim; Prestação de**  
588 **Contas – 2005; Responsável Volnei Modesto Diniz; Auditor Alcimar Lobato da Silva; Procuradora Maria Regina**  
589 **da Cunha; Relatora – Conselheira Mara Lúcia, com pedido de Vista ao Conselheiro José Carlos Araújo;**  
590 **Publicado no DOE nº 32.385, de 26.04.2013.** Cumprindo dispositivo regimental o Conselheiro José Carlos  
591 Araújo proferiu seu **VOTO VISTA:** "acompanho na íntegra o voto da Conselheira Relatora". **Em votação:** A  
592 Conselheira Mara Lúcia manteve seu voto ("pela aprovação das contas do Fundo Hospitalar Vale do Jari/Almeirim,  
593 exercício de 2005, de responsabilidade do Sr. Volnei Modesto Diniz, ao qual deverá ser expedido o competente Alvará de  
594 Quitação, no total da quantia ordenada"). O Conselheiro Alcides Alcantara votou, na Sessão do dia 12.11.2009,  
595 pela não aprovação das contas, face a acumulação de cargo público pelo Ordenador de Despesa,  
596 desrespeitando o art. 37, inciso XVI, da CF/88, bem como pela devolução dos valores percebidos pelo referido  
597 Ordenador. O Conselheiro Aloísio Chaves, o Conselheiro Cezar Colares e o Conselheiro Daniel Lavareda  
598 acompanharam a Relatora. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **por maioria**, decidiu pela  
599 aprovação das contas do Fundo Hospitalar Vale do Jari/Almeirim, exercício de 2006, de responsabilidade do Sr.  
600 Volnei Modesto Diniz, ao qual deverá ser expedido o competente Alvará de Quitação, no total da quantia  
601 ordenada, nos termos do voto da Relatora. **Processo nº 054002006-00; Fundo Hospitalar Vale do Jari -**  
602 **FUNVALE de Almeirim; Prestação de Contas – 2006; Responsável Volnei Modesto Diniz; Auditor Alcimar**  
603 **Lobato da Silva; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro José Carlos Araújo; Publicado no**  
604 **DOE nº 32.385, de 26.04.2013.** Cumprindo dispositivo regimental o Conselheiro José Carlos Araújo proferiu  
605 seu **VOTO VISTA:** "acompanho na íntegra o voto da Conselheira Relatora". **Em votação:** O Conselheiro Alcides  
606 Alcantara votou, na Sessão do dia 12.11.2009, pela não aprovação das contas, face a acumulação de cargo  
607 público pelo Ordenador de Despesa, desrespeitando o art. 37, inciso XVI, da CF/88, bem como pela devolução  
608 dos valores percebidos pelo referido Ordenador. O Conselheiro Aloísio Chaves, o Conselheiro Cezar Colares e o  
609 Conselheiro Daniel Lavareda acompanharam a Relatora. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **por**





610 **maioria**, decidiu pela aprovação das contas do Fundo Hospitalar Vale do Jari/Almeirim, exercício de 2006, de  
611 responsabilidade do Sr. Volnei Modesto Diniz, ao qual deverá ser expedido o competente Alvará de Quitação,  
612 no total da quantia ordenada, nos termos do voto da Relatora. Em seguida, houve inversão de pauta, com o  
613 julgamento do processo de nº 48: **Processo nº 201205286-00; Instituto de Previdência Social de**  
614 **Dom Eliseu;** Aposentadoria - Portaria nº 005/2013, de 24.01.2013; Interessada Vanda Maria Rocha Cotrim;  
615 Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro José Carlos Araújo. Cumprindo dispositivo  
616 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao  
617 registro da Portaria. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A  
618 Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro da Portaria nº 005/2013,  
619 de 24/01/2013, que aposentou integralmente por tempo de contribuição, Vanda Maria Rocha Cotrim, com  
620 proventos do cargo de Professor com Pós-Graduação Classe D, no valor de R\$ 3.488,00 0 (três mil,  
621 quatrocentos e oitenta e oito reais). Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves e do  
622 Conselheiro Cezar Colares. Em seguida, houve inversão de pauta com o julgamento do processo de nº 28:  
623 **Processo nº 140132001-00; Secretaria Municipal de Saúde de Belém;** Prestação de Contas – 2001;  
624 Responsável Amaury Braga Dantas; Auditor Alcimar Lobato; Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva;  
625 Relator - Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 32.385, de 26.04.2013.** Retirado de pauta. Em  
626 seguida, o Conselheiro José Carlos Araújo retornou a Presidência da Sessão. **Processo nº 201108701-00 –**  
627 **040022007-00; Câmara Municipal de Alenquer;** Recurso de Reconsideração contra a decisão do Acórdão  
628 nº 21.023, de 03.05.2011; Responsável José Rafael Valente Neto; 4º Controladoria; Procuradora Maria Inez  
629 Gueiros; Relator - Conselheiro Antônio José; **com Pedido de Vista ao Conselheiro Daniel Lavareda na**  
630 **Sessão do dia 22.01.2013; Publicado no DOE nº 32.385, de 26.04.2013.** Cumprindo dispositivo  
631 regimental, o Conselheiro Daniel Lavareda proferiu seu **VOTO VISTA**: *"acompanho o Relator"*. **Em votação**: O  
632 Conselheiro Antônio José manteve seu voto proferido na Sessão do dia 22.01.2013 (*"pelo conhecimento e*  
633 *provimento parcial, devendo a decisão recorrida ser reformada, no sentido de aprovar as contas da Câmara*  
634 *Municipal de Alenquer, exercício 2007, excluída a multa de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), pela ausência de*  
635 *regulamentação. Alvará de quitação, no valor de R\$ 1.038.882,23, (hum milhão, trezentos mil, oitocentos e*  
636 *oitenta e oito reais e vinte e três centavos) deve ser entregue a José Rafael Valente Neto, ordenador das*  
637 *contas"*). **Em votação**: o Conselheiro Aloísio Chaves, na Sessão do dia 22.01.2013, acompanhou o Relator,  
638 na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia e o Conselheiro José Carlos Araújo acompanharam o Relator. A  
639 Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e provimento  
640 parcial do Recurso, com a reforma da decisão no sentido de aprovar as contas da Câmara Municipal de  
641 Alenquer, exercício 2007, excluída a multa de R\$ 1.000,00 (hum mil reais). Ausência, por ocasião de votação  
642 dos Conselheiros Aloísio Chaves e Cezar Colares. Em seguida, a Conselheira Mara Lúcia assumiu a Presidência  
643 da Sessão. **Processo nº 201207315-00; Câmara Municipal de Anajás;** Recurso de Reconsideração  
644 Interposto Contra a Decisão do Acórdão Nº 22.056, de 10.04.2012; Responsável Sebastião Alves de Freitas; 2ª  
645 Controladoria; Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Cezar Colares; **Publicado**  
646 **no DOE nº 32.385, de 26.04.2013.** Retirado de pauta. **Processo nº 200813870-00; Sociedade**  
647 **Unidos Venceremos;** Prestação de Contas Convênio Nº 049/08, firmado com a FUNPAPA/PMB; Responsável  
648 Domingas Neris Martins Quinto; 4ª Controladoria; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro  
649 Antonio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 32.385, de 26.04.2013.** Cumprindo dispositivo regimental,  
650 o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente a prestação de  
651 contas do Convênio. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A  
652 Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação da prestação de





653 contas da Sociedade Unidos Venceremos, referente ao Convênio nº 049/2008, firmado com a Fundação Papa  
654 João XXIII-FUNPAPA/PMB, com expedição em favor de Domingas Neris Martins Quinto, o respectivo Alvará de  
655 Quitação, no valor de R\$ 1.620,00 (hum mil e seiscentos e vinte reais). Ausência, por ocasião de votação, do  
656 Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 200813871-00; Sociedade Unidos Venceremos; Prestação**  
657 **de Contas Convênio Nº 043/08, firmado com a Funpapa/Pmb; Responsável Domingas Neris Martins Quinto; 4ª**  
658 **Controladoria; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Antonio José Guimarães; Publicado no**  
659 **DOE nº 32.385, de 26.04.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu  
660 posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente a prestação de contas do Convênio. A matéria foi  
661 colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O  
662 Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação da prestação de contas da Sociedade Unidos Venceremos,  
663 referente ao Convênio nº 043/2008, firmado com a Fundação Papa João XXIII-FUNPAPA/PMB, com expedição  
664 em favor de Domingas Neris Martins Quinto, o respectivo Alvará de Quitação, no valor de R\$ 21.377,12 (vinte  
665 e um mil, trezentos e setenta e sete reais e doze centavos). Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro  
666 José Carlos Araújo. **Processo nº 200811969-00; Sociedade Comunitária São João Batista; Prestação**  
667 **de Contas – 2008; Convênio Nº 027/08, firmado com a FUNPAPA/PMB; Responsável Safira de Lima Corrêa; 4ª**  
668 **Controladoria; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Antonio José Guimarães. Publicado no**  
669 **DOE nº 32.385, de 26.04.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu  
670 posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente a prestação de contas do Convênio. A matéria foi  
671 colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O  
672 Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação da prestação de contas da Sociedade Comunitária São João  
673 Batista, referente ao Convênio nº 027/2008, firmado com a Fundação Papa João XXIII-FUNPAPA/PMB, com  
674 expedição em favor de Safira de Lima Correa, o respectivo Alvará de Quitação, no valor de R\$ 18.764,55  
675 (dezoito mil, setecentos e sessenta e quatro reais e cinquenta e cinco centavos). Ausência, por ocasião de  
676 votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 200914223-00; Sociedade Comunitária São**  
677 **João Batista; Prestação de Contas – 2009; Convênio Nº 023/09, firmado com a FUNPAPA/PMB; Responsável**  
678 **Safira de Lima Corrêa; 4ª Controladoria; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Antonio José**  
679 **Guimarães; Publicado no DOE nº 32.385, de 26.04.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério  
680 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente a prestação de contas do  
681 Convênio. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência  
682 proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação da prestação de contas da  
683 Sociedade Comunitária São João Batista, referente ao Convênio nº 023/2009, firmado com a Fundação Papa  
684 João XXIII-FUNPAPA/PMB, com expedição em favor de Safira de Lima Correa, o respectivo Alvará de Quitação,  
685 no valor de R\$ 34.300,00 (trinta e quatro mil e trezentos reais). Ausência, por ocasião de votação, do  
686 Conselheiro José Carlos Araújo. Em seguida, houve inversão da pauta com o julgamento do processo de nº 46:  
687 **Processo nº 201205288-00; Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Dom**  
688 **Eliseu – IPSEMDE; Aposentadoria - Portaria Nº 006/2013, de 24.01.2013; Interessada Geny dos Santos**  
689 **Ferraz; Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda.** Cumprindo  
690 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se  
691 favoravelmente ao registro da Portaria. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu  
692 seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro da Portaria  
693 nº 006/2013 de 24.01.2013, do Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de  
694 Dom Eliseu - IPSEMDE, que aposentou a servidora Geny dos Santos Ferraz, com provento discriminado no ato.  
695 Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo e do Conselheiro Cezar Colares. Em





seguida, houve inversão de pauta para o julgamento do processo de nº 49: **Processo nº 2011004497-00; Instituto de Previdência do Município de Portel;** Pensão - Portaria Nº 012, de 09.02.2011; Interessado Gerson Amorim de Brito (Filho); Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator da proposição de voto - Auditor Convocado Sérgio Franco Dantas/Conselheiro Cezar Colares. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro da Portaria. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: "*registro da Portaria nº 012 de 09.02.2011 do Instituto Municipal de Previdência de Portel, que concedeu pensão ao Senhor Gerson Amorim Brito.*" **Em votação:** A Conselheira Mara Lúcia pediu VISTA dos autos. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201120285-00; Secretaria Municipal de Saúde de Belém – Sesma;** Contrato Nº 138/2011, firmado com a Empresa Norauto Rent A Car Ltda.; Interessada Sylvia Christina Souza de Oliveira Santos; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela negativa do cadastramento do contrato, devendo ainda haver a juntada dos autos à Prestação de Contas respectiva. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela negativa de cadastro do Contrato nº 138/2011-PMB/SESMA, firmado entre a Secretaria Municipal de Saúde de Belém – SESMA, e a Empresa Norauto Rent a Car Ltda., que tem como objeto a locação de 20 (vinte) veículos, tipo ambulância, para atendimento das necessidades da rede SESMA/PMB, conforme o Termo de Referência, o qual faz parte integrante do presente instrumento, em conjunto com juntada da prestação de contas do exercício de 2011, da Secretaria de Saúde do Município de Belém - SESMA, para análise conjunta e acompanhamento de sua execução orçamentária e financeira, tudo em consonância com o que estabelece a Resolução nº 5.717/98/TCM, de 08 de outubro de 1998. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo e do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201200869-00; Secretaria Municipal de Saúde de Belém – Sesma;** Contrato nº 135/2011, firmado com a Associação Sociedade Paraense de Neurocirurgia do Estado do Pará Interessada Sylvia Christina Souza de Oliveira Santos; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela negativa de cadastramento do contrato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela negativa de cadastro do Contrato nº 135/2011-SESMA/PMB, firmado entre a Secretaria Municipal de Saúde de Belém – SESMA, e a Associação Sociedade Paraense de Neurocirurgia do Estado do Pará, que tem como objeto a prestação de serviços de neurocirurgia, fornecendo profissionais que atuarão no Hospital do Pronto Socorro Municipal Mário Pinotti, conforme acha discriminado no Termo de Referência, o qual faz parte integrante e inseparável deste contrato, tendo em vista que o mesmo encontra-se formalmente incorreto, por encontrar-se com o prazo de vigência expirado, determinou-se a juntada dos autos à prestação de contas do exercício de 2011, da Secretaria de Saúde do Município de Belém - SESMA, para análise conjunta e, dessa forma, o acompanhamento de sua execução orçamentária e financeira, tudo em consonância com o que estabelece a Resolução nº 5.717/98/TCM, de 08 de outubro de 1998. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo e do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201216720-00; Prefeitura Municipal de Paragominas;** Ofício Nº 091/2012, Contratos Temporários de Pessoal; Interessado Adnan Demachki; Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Auditor Convocado José Alexandre Cunha Pessoa. Retirado de Pauta. **Processo nº 201217489-00; Prefeitura Municipal de Paragominas;** Ofício Nº 100/2012, Contratos Temporários de Pessoal; Interessado Adnan Demachki; Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Auditor Convocado José Alexandre Cunha





739 Pessoa. Retirado de Pauta. **Processo nº 201216725-00; Prefeitura Municipal de Paragominas;**  
740 Contrato – 2012 Of. Nº 093/2012; Interessado Adnan Demachki; Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da  
741 Silva; Relator - Auditor Convocado José Alexandre Cunha Pessoa. Retirado de Pauta. **Processo nº**  
742 **201212410-00; Prefeitura Municipal de Castanhal; Contrato de Locação de Imóvel; Interessado Hélio**  
743 **Leite da Silva; Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Antonio José Guimarães.**  
744 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se  
745 pela negativa do cadastramento do contrato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator  
746 proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastro  
747 Contrato de Locação firmado entre a Prefeitura Municipal De Castanhal e a Sra. Ivani Maria Neves, tendo por  
748 objeto a locação do imóvel, situado na Rua Comandante Francisco de Assis nº 2571, Centro, Castanhal – Pa,  
749 destinado ao funcionamento da Secretaria Municipal de Habitação, pelo prazo de 12 meses, no valor mensal  
750 de R\$ 1.590,00 (hum mil, quinhentos e noventa reais). Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro  
751 Cezar Colares. **Processo nº 201212413-00; Prefeitura Municipal de Castanhal; Contrato de Locação de**  
752 **Imóvel; Interessado Hélio Leite da Silva; Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro**  
753 **Antonio José Guimarães.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento  
754 dos autos e manifestou-se pelo cadastro do contrato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro  
755 Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O  
756 Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastro do Contrato de Locação firmado entre a Prefeitura Municipal  
757 De Castanhal e o Sr. Raimundo Flor Da Rocha, tendo por objeto a locação do imóvel, situado na Al. Capanema  
758 nº 49, Castanhal - Pa, destinado ao funcionamento da Junta de Serviço Militar, pelo prazo de 12 meses, no  
759 valor mensal de R\$ 622,00 (seiscentos e vinte e dois reais). Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro  
760 Cezar Colares. **Processo nº 201210050-00; Prefeitura Municipal de Castanhal; Contrato de Locação de**  
761 **Imóvel; Interessado Hélio Leite da Silva; Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro**  
762 **Antonio José Guimarães.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento  
763 dos autos e manifestou-se pelo cadastro do contrato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro  
764 Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo  
765 cadastro do Contrato de Locação firmado entre a Prefeitura Municipal De Castanhal e o Sr. Raimundo Flor Da  
766 Rocha, tendo por objeto a locação do imóvel, situado na Al. Capanema nº 49, Castanhal - Pa, destinado ao  
767 funcionamento da Junta de Serviço Militar, pelo prazo de 12 meses, no valor mensal de R\$ 411,00  
768 (quatrocentos e onze reais). Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº**  
769 **201210036-00; Prefeitura Municipal de Castanhal; Contrato de Locação de Imóvel; Interessado Helio**  
770 **Leite da Silva; Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães.**  
771 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se  
772 pela cadastro do contrato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A  
773 Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastro do Contrato de Locação  
774 firmado entre a Prefeitura Municipal De Castanhal e a Sra. Maria De Lourdes Souza Queiroz, tendo por objeto  
775 a locação do imóvel, situado na Rua Hernane Lameira nº 532, Centro, destinado ao funcionamento do  
776 Laboratório do Curso de Medicina Veterinária(BIOMEDAN), nos termos do disposto no Convênio celebrado com  
777 a Universidade Federal de Castanhal, pelo prazo de 12 meses, no valor mensal de R\$ 1.080,00 (hum mil e  
778 oitenta reais). Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares. Em seguida, houve inversão de  
779 pauta, para o julgamento do processo de nº 35: **Processo nº 201100175-00; Centro Educacional**  
780 **Cultural São Jerônimo; Prestação de Contas – 2010; Prestação de Contas do Convênio Nº 040/2010, de**  
781 **04.01.2010, firmado com a Secretaria Municipal de Educação - SEMEC; Responsável Maria Celeste Simões;**





782 Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator da proposição de voto Auditor José Alexandre Pessoa –  
783 Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.385, de 26.04.2013. Cumprindo dispositivo  
784 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente a  
785 prestação de contas do Convênio. A matéria foi colocada **em discussão**. O Relator proferiu sua proposição de  
786 **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas  
787 do Centro Educacional Cultural São Jerônimo, referente ao Convênio nº. 040/2010 – SEMEC, com expedição  
788 do Alvará de Quitação no valor de R\$37.440,00 (trinta e sete mil quatrocentos e quarenta reais) em favor da  
789 responsável, Sra. Maria Celeste Simões, conforme preconiza o art. 33, da LC nº 084/2012. Ausência, por  
790 ocasião de votação, do Conselheiro Daniel Lavareda e do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº**  
791 **201100836-00; Centro Comunitário dos Amigos de Santa Rita; Prestação de Contas do Convênio Nº**  
792 **011/2010, firmado com a Secretaria Municipal de Educação – Semec; Responsável Dulce Augusta Santana; 7ª**  
793 **Controladoria; Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator da proposição de voto Auditor José**  
794 **Alexandre Pessoa – Conselheiro Cezar Colares.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou  
795 seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente a aprovação da prestação de contas do  
796 Convênio. A matéria foi colocada **em discussão**. O Relator Auditor convocado proferiu sua proposição de  
797 **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas  
798 do Centro Comunitário dos Amigos de Santa Rita, referente ao Convênio nº. 011/2010 – SEMEC, com  
799 expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$18.840,00 (dezoito mil oitocentos e quarenta reais) em favor  
800 da responsável, Sra. Dulce Augusta Santana, conforme preconiza o art. 33, da LC nº 084/2012. Ausência, por  
801 ocasião de votação, do Conselheiro Daniel Lavareda e do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº**  
802 **201200756-00; Centro Comunitário do Bairro do Livramento; Prestação de Contas do Convênio Nº**  
803 **017/2010, firmado com a Secretaria Municipal de Educação de Belém – Semec; Responsável Maria Luiza**  
804 **Oliveira da Silva; 7ª Controladoria; Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator da proposição de**  
805 **voto Auditor José Alexandre Pessoa – Conselheiro Cezar Colares** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério  
806 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente a aprovação da prestação de  
807 contas do Convênio. A matéria foi colocada **em discussão**. O Relator Auditor convocado proferiu sua  
808 proposição de **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela  
809 aprovação das contas do Centro Comunitário do Bairro do Livramento, referente ao Convênio nº. 017/2010 –  
810 SEMEC, com expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$26.160,00 (vinte e seis mil cento e sessenta  
811 reais) em favor da responsável, Sra. Maria Luzia Oliveira da Silva, conforme preconizado no art. 33, da LC nº  
812 084/2012. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Daniel Lavareda e do Conselheiro Cezar Colares.  
813 **Processo nº 201214740-00; Instituto de Previdência do Município de Abaetetuba; Aposentadoria**  
814 **Portaria Nº 073/2012, de 28.08.2012; Interessada Maria Laide dos Santos Costa; Procuradora Maria Inez**  
815 **Gueiros; Relatora - Conselheira Rosa Hage. Retirado de pauta. Processo nº 201213917-00; Instituto de**  
816 **Previdência do Município de Abaetetuba; Aposentadoria Portaria Nº 069/2012, de 10.08.2012;**  
817 **Interessada Deusalina de Oliveira Ribeiro; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora - Conselheira Rosa Hage.**  
818 **Retirado de pauta. Processo nº 201116596-00; Instituto de Previdência e Assistência dos**  
819 **Servidores do Município de Ananindeua; Aposentadoria - Portaria Nº 113/2011, de 30.09.2011;**  
820 **Interessada Gisele Socorro Oeiras Ferreira; Procuradora – Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relatora -**  
821 **Conselheira Rosa Hage. Retirado de pauta. Processo nº 201120056-00; Instituto de Previdência e**  
822 **Assistência dos Servidores do Município de Ananindeua; Aposentadoria - Portaria Nº 146/2011, de**  
823 **01.12.2011; Interessada Marlucia Cardoso Lima de Moraes; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relatora -**  
824 **Conselheira Rosa Hage. Retirado de pauta. Processo nº 201204381-00; Instituto de Previdência e**





825 **Assistência dos Servidores do Município de Ananindeua;** Aposentadoria - Portaria Nº 035/12, de  
826 01.03.2012; Interessada Georgina de Fátima Silva dos Santos; Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva;  
827 Relatora - Conselheira Rosa Hage. Retirado de pauta. **Processo nº 201204384-00; Instituto de**  
828 **Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Ananindeua;** Aposentadoria - Portaria Nº  
829 036/2012, de 01.03.2012; Interessada Vera Maria Barbosa Pereira; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora -  
830 Conselheira Rosa Hage. Retirado de pauta. **Processo nº 201202882-00; Instituto de Previdência e**  
831 **Assistência dos Servidores do Município de Ananindeua;** Aposentadoria - Portaria Nº 024/2012, de  
832 01.02.2012; Interessada Alice Cordovil Monteiro; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relatora - Conselheira  
833 Rosa Hage. Retirado de pauta. **Processo nº 201202868-00; Instituto de Previdência e Assistência dos**  
834 **Servidores do Município de Ananindeua;** Aposentadoria - Portaria Nº 021/2012, de 01.02.2012;  
835 Interessada Raimunda Suely Cunha da Silva; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora - Conselheira Rosa  
836 Hage. Retirado de pauta. Em seguida, houve inversão de pauta para o julgamento do processo 47: **Processo**  
837 **nº 201200927-00; Instituto de Previdência do Município de Paragominas;** Aposentadoria Portaria Nº  
838 018/2012, de 23 .01.2012; Interessada Maria Antônia Machado Teixeira; Procuradora Maria Inez Gueiros;  
839 Relator - Auditor Convocado José Alexandre Cunha Pessoa. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério  
840 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro da Portaria. A  
841 matéria foi colocada **em discussão**. O Relator Auditor convocado proferiu sua proposição **VOTO**. A  
842 Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro da Portaria nº 018/2012  
843 de 21/01/2012, que aposentou por idade, Maria Antônia Machado Teixeira, no cargo de Auxiliar Operacional de  
844 Serviços Gerais, com provento proporcional ao tempo de contribuição elevado para o salário mínimo de R\$  
845 622,00 (seiscentos e vinte e dois reais). Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Daniel Lavareda e  
846 do Conselheiro Cezar Colares. Em seguida, houve inversão de pauta, para o julgamento do processo de nº 70:  
847 **Processo nº 201217631-00; Câmara Municipal de Canaã dos Carajás; Lei Municipal Nº 491/2012, que**  
848 **fixa os Subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais; Interessado Anuar Alves da Silva;**  
849 **Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator da proposição de voto José Alexandre Cunha Pessoa.**  
850 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se  
851 pelo cadastro da Lei. A matéria foi colocada **em discussão**. O Relator proferiu sua proposição de **VOTO**. A  
852 Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastro da Lei Municipal nº  
853 491/2012, de 10/09/2012, que fixou os subsídios ao Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais de Canaã  
854 dos Carajás no valor no valor de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais) para Prefeitos; R\$ 9.800,00 (nove mil e  
855 oitocentos reais) para Vice-Prefeito e R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais) para Secretários Municipais.  
856 Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares e do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo**  
857 **nº 201217378; Câmara Municipal de Garrafão do Norte; Subsídio – 2012; Resolução Nº 002/2012;**  
858 **Interessado Everaldo Akihyto Onuma de Oliveira; Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator da**  
859 **proposição de voto José Alexandre Cunha Pessoa.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público  
860 ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastro da Resolução. A matéria foi colocada  
861 **em discussão**. O Relator proferiu sua proposição **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à**  
862 **unanimidade**, decidiu pelo cadastro da Resolução nº 002/2012, de 13/09/2012, que fixou os subsídios aos  
863 Vereadores de Garrafão do Norte no valor de R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais) e R\$ 6.000,00 (seis mil  
864 reais) para o Vereador- Presidente. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares e do  
865 Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201215291-00; Câmara Municipal de Santa Izabel do Pará;**  
866 **Lei Municipal Nº 244/2012 - fixa Subsídios de Vereadores; Interessado Carlos Marió de Brito Kató; Procuradora**  
867 **- Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator da proposição de voto José Alexandre Cunha Pessoa.** Cumprindo





dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastro da Lei. A matéria foi colocada **em discussão**. O Relator proferiu sua proposição de **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastro da Lei nº 244/2012, de 11/09/2012, que fixou os subsídios aos edis da Câmara Municipais de Santa Izabel do Pará no valor mensal de R\$ 6.085,00 (seis mil, oitenta e cinco reais). Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares e do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201300611-00; Câmara Municipal de Vigia; Subsídio – 2012; Resolução Nº 009/2012, que fixa os Subsídios dos Vereadores; Interessado Paulo Sérgio Ferreira; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator da proposição de voto José Alexandre Cunha Pessoa.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastro da Resolução. A matéria foi colocada **em discussão**. O Relator proferiu sua proposição de **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastro da Resolução nº 009/2012, de 02/06/2012, que fixou os subsídios para os Vereadores e para o Vereador Presidente do município de Vigia, no valor mensal de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) para os Vereadores e R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para o Vereador Presidente. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares e do Conselheiro Daniel Lavareda. Em seguida, o Conselheiro José Carlos Araújo assumiu a Presidência da Sessão. **Processo nº 201206216-00; IPAMB/PMB; Aposentadoria - Portaria Nº 0371/12, de 26.03.12; Interessada Maria Rosângela Neves Barros; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Antonio José Guimarães.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro da Portaria. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro da Portaria nº 0371/12, de 26/03/12, do Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB, que aposentou Maria Rosângela Neves Barros, do quadro da Prefeitura Municipal de Belém, uma vez que encontra fundamento constitucional no art.6º da EC nº 41/03. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares, do Conselheiro Daniel Lavareda e da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 201212404-00; Prefeitura Municipal de Castanhal; Contrato de Locação de Imóvel; Interessado Hélio Leite da Silva; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Antonio José Guimarães.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela negativa de cadastramento do contrato, devendo ainda haver a juntada dos autos à respectiva Prestação de Contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastro Contrato de Locação firmado entre a Prefeitura Municipal de Castanhal e a Sra. Eracy Schesquine Heringer, tendo por objeto a locação do imóvel, situado à Trav. Comandante Assis nº 1632, Nova Olinda, Castanhal - PA, destinado ao funcionamento do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), pelo prazo de 12 meses, no valor mensal de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais). Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares e do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201210035-00; Prefeitura Municipal de Castanhal; Contrato de Locação de Imóvel; Interessado Hélio Leite da Silva; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Antonio José Guimarães.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela negativa de cadastramento do contrato, devendo ainda haver a juntada dos autos à respectiva Prestação de Contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento do contrato e junção da referente prestação de conta. Ausência, por ocasião de votação do Conselheiro Cezar Colares e do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201210056-00; Prefeitura Municipal de Castanhal; Contrato de Locação de Imóvel; Interessado Hélio Leite da Silva; Procuradora -**






911 Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Antonio José Guimarães. Cumprindo dispositivo  
912 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastro do  
913 contrato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência  
914 proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastro do Contrato de Locação firmado  
915 entre a Prefeitura Municipal De Castanhal e a Sra. Eracy Shesquine Heringer, tendo por objeto a locação do  
916 imóvel, situado na Trav. Comandante Assis nº 1632, Nova Olinda, Castanhal - PA, destinado ao funcionamento  
917 do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), pelo prazo de 12 meses, no valor mensal  
918 de R\$ 2.227,00 (dois mil, duzentos e vinte e sete reais). Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro  
919 Cezar Colares e do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201215606-00; Câmara Municipal de**  
920 **Marituba;** Outros; Resolução nº 02/2012; Responsável Paulo Sérgio de Santa Cruz Rodrigues de Couto;  
921 Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Antonio José, com pedido de Vista a Conselheira  
922 **Mara Lúcia, na sessão do dia 14.03.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, a Conselheira Mara Lúcia  
923 proferiu seu **VOTO VISTA**: *"Divirjo, assim, com as devidas vênias, ao Voto do Conselheiro Relator, tão somente quanto*  
924 *à interpretação dada ao citado art. 5º, visto que não se trata de parcela extra, mas por se tratar de verdadeiro fundo de*  
925 *reserva, facultado a deliberação da maioria dos Edis, o qual terá origem de recursos no próprio vencimento mensal de*  
926 *cada um dos vereadores, a ser pago no final do exercício. Observo, ainda, a ressalva apresentada com acerto pela*  
927 *representação do Parquet, quanto ao previsto no art. 12, o qual trata dos limites de gastos com pessoal pela Câmara, cujo*  
928 *comando contido no Ato fixador, sob análise, contraria o disposto no art. 18, §1º, da LRF, impondo-se, desta forma,*  
929 *ressalva a sua aplicação, visto que as despesas com serviços de terceiros são contabilizadas como "despesas de custeio".*  
930 *Por fim, acompanho o entendimento quanto à vedação ao disposto no art. 4º, dada a impossibilidade de percepção à*  
931 *maior pelo Presidente da Câmara Municipal, quando o mesmo perceberá o valor mensal fixado no art. 2º, não havendo,*  
932 *portanto, que se falar em pagamento de diferença ao membro que exercer a Presidência daquela casa interinamente.*  
933 *Diante do exposto, acompanho parcialmente o voto do Ilustre Relator, para cadastrar com ressalva, a Resolução n.º*  
934 *002/2012, vedando qualquer pagamento a maior, nos termos previstos pelo art. 4º, bem como deverá ser observado pelo*  
935 *Ordenador, o previsto no art. 18, §1º, da LRF, a quando da contabilização de gastos com serviços de terceiros, conforme*  
936 *fundamentação, devendo, contudo, ser notificada a Presidência daquela Casa para respeitar, no exercício, o limite*  
937 *delineado para pagamento dos Edis, no importe anual/global de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais)".* **Em votação:**  
938 O Conselheiro Antônio José manteve seu voto proferido na Sessão do dia 14.03.2012. O Conselheiro Aloísio  
939 Chaves e o Conselheiro Daniel Lavareda acompanharam o Conselheiro Antônio José, na Sessão do dia  
940 14.03.2013. O Conselheiro José Carlos Araújo acompanhou o voto do Conselheiro Antônio José, na íntegra. A  
941 Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento da Resolução nº  
942 002/2012, com ressalva ao art. 4º, no que tange a fixação dos subsídios dos Vereadores no valor de R\$-  
943 10.000,00 (dez mil reais), devendo na prestação de contas respectiva ser verificado o cumprimento dos  
944 demais limites estabelecidos na legislação pertinente; Após os trâmites legais, encaminhe-se os autos à 5º  
945 Controladoria, responsável pela análise do Município no biênio 2012/2013. **Por maioria:** quanto a  
946 interpretação dada ao art. 5º, constante no voto do Relator. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a  
947 interpretação do art. 5º. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares, do Conselheiro  
948 Aloísio Chaves e do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201300338-00; Câmara Municipal de**  
949 **Jacundá;** Subsídio - Resolução nº 003/2013, de 02.01.13 que atualiza remuneração dos Servidores;  
950 Interessado Lindomar dos Reis Marinho; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Antônio José  
951 Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e  
952 manifestou-se pelo cadastro da Resolução. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator  
953 proferiu seu **VOTO**: *"pelo cadastro da Resolução nº 003/2013, de 02/01/2013, da Mesa Diretora da Câmara Municipal*  
954 *de Jacundá, que reajusta a remuneração dos servidores".* **Em votação:** O Conselheiro José Carlos Araújo e o





955 Auditor convocado Sérgio Dantas acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou  
956 o Relator quanto ao cadastro da Resolução nº 003/2013, porém com ressalva. A Presidência proclamou a  
957 **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastro da Resolução nº 003/2013, de 02/01/2013, da  
958 Mesa Diretora da Câmara Municipal de Jacundá, que reajusta a remuneração dos servidores. Vencida a  
959 Conselheira Mara Lúcia quanto a ressalva. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves, do  
960 Conselheiro Daniel Lavareda e do Conselheiro Cezar Colares. **MATÉRIA ADMINISTRATIVA.**  
961 **DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS.** Relator - Auditor Substituto Sérgio Franco Dantas; 1) Processo nº  
962 201104497-00; Instituto de Previdência do Município de Portel; Pensão de Gérson Amorim Brito. 2) Processo  
963 nº 201216341-00; Instituto de Previdência do Município de Breves; Pensão de Edison Mauro Pereira Teixeira.  
964 Relatora - Auditora Substituta Márcia Costa; 1) Processo nº 201203379-00; Instituto de Aposentadorias e  
965 Pensões dos Servidores Públicos de Cachoeira do Arari; Aposentadoria de Carlos Miguel Pinho Lalor. 2)  
966 Processo nº 201216345-00; Instituto de Previdência do Município de Breves; Aposentadoria de Acimar de Lima  
967 Pereira. Relatora - Auditora Substituta Adriana Oliveira; 1) Processo nº 201016043-00 (V vls); Prefeitura  
968 Municipal de Oriximiná; Contratos temporários de Maria Tarcizia Pinheiro Chagas e outros. 2) Processo nº  
969 201211633-00; Fundo Municipal de Saúde de Alenquer; Contrato temporário nº 25/2012, de Clemilson Ricardo  
970 Leitão. Relator - Conselheiro Aloísio Chaves; 1) Processo nº 201304100-00; Câmara Municipal de  
971 Jacareacanga; Resolução nº 03/2008, que dispõe sobre a fixação dos subsídios dos Vereadores. Relator -  
972 Conselheiro Daniel Lavareda; 1) Processo nº 201215704-00; Instituto de Previdência dos Servidores Municipais  
973 de Marabá - IPASEMAR; Aposentadoria de Lenir Ferreira dos Santos. Relator - Conselheiro Antonio José  
974 Guimarães; 1) Processo nº 201212247-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém -  
975 IPAMB; Aposentadoria de Benedito Ernesto Gama Barbosa. 2) Processo nº 201214019-00; Instituto de  
976 Previdência e Assistência do Município de Belém - IPAMB; Aposentadoria.  
977 Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em trinta de abril de dois mil treze.  
978

Visto:

  
**Robson Figueiredo do Carmo**  
Secretário Geral  
Conselheiro Presidente **José Carlos Araújo**  
Presidente da Sessão  
Conselheiro **Daniel Lavareda**  
Presidente da Sessão  
Conselheira Vice Presidente **Mara Lúcia**  
Presidente da Sessão